

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

MONICA ISABEL TORRES DO MONTE PAIS

SALA DE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR:
um encontro possível

RIO DE JANEIRO
2018

MONICA ISABEL TORRES DO MONTE PAIS

SALA DE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR:

um encontro possível

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^aM.^a Marília Amaral Mendes Alves.

RIO DE JANEIRO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P149s Pais, Monica Isabel Torres do Monte
Sala de leitura e Biblioteca Escolar: um encontro
possível / Monica Isabel Torres do Monte Pais. – Rio de
Janeiro, 2018.
58 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^aM.^a Marília Amaral Mendes Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação
em Biblioteconomia, 2018.

1. Sala de Leitura. 2. Leitura. 3. Biblioteca Escolar. 4.
Formação de Leitores. 5. Proposta Curricular I. Alves, Marília
Amaral Mendes, orient. II. Título.

MONICA ISABEL TORRES DO MONTE PAIS

SALA DE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR:

um encontro possível

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20 ____.

Professora Mestre Marília Amaral Mendes Alves - UNIRIO
Orientadora

Professor Doutor Fabiano Cataldo de Azevedo - UNIRIO
Avaliador

Professora Doutora Jaqueline Barradas - UNIRIO
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho seria impossível sem a contribuição da minha família. Gostaria de agradecer em particular ao meu querido marido e parceiro Manuel, sem você ao meu lado não conseguiria.

As minhas queridas colegas que conquistei neste curso Marina Hussak, Janaína e Priscila.

A minha equipe de direção da escola, ao qual trabalho, que me apoiou e incentivou ao longo deste percurso.

Aos queridos professores que contribuíram para eu chegar até aqui, em especial a minha competente orientadora Marília Alves.

Finalmente, a Deus que em todo momento me guiou, que abriu todas as portas de uma forma que só eu e Ele sabemos. Obrigada, Deus por seu infinito amor!

“Aqui, o com partilhar. Só entre
sujeitos estará o inteiramente dinâmico
e reajustável e, portanto, possível”
(NÓBREGA, 2009, p. 101)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta considerações acerca dos possíveis encontros entre a Biblioteca Escolar e a Sala de leitura nas práticas educativas em que estão inseridas. Tem como objetivo abordar a Sala de Leitura como uma alternativa de incentivo à leitura. Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico, uma vez que foram feitas análises, leituras de artigos científicos, dissertações e periódicos para o embasamento teórico do trabalho, cuja abordagem é qualitativa exploratória para a compreensão do estudo do tema, por meio de resoluções e propostas curriculares. Espera-se que esta pesquisa reforce a importância da Biblioteca Escolar como um equipamento diferencial que oferece recursos didáticos para promover experiências criativas de uso de informação, dialogando com as Salas de Leitura como uma aliada em seu trabalho de formação de leitores. Esta pesquisa traz como resultado o reconhecimento dessas categorias profissionais, que podem dividir a responsabilidade em relação à aprendizagem dos alunos, na sociedade do conhecimento da qual fazem parte. Tem também como proposta evidenciar o quão incipiente se encontra o estágio de implantação das Bibliotecas Escolares.

Palavras-chave: Sala de Leitura. Leitura. Biblioteca Escolar. Formação de Leitores. Proposta Curricular.

ABSTRACT

The present research presents considerations over the possible meetings between the School Library and the Reading Room in the educational practices in which they are inserted. It aims to approach the Reading Room as an alternative to encourage reading. It is a bibliographic research, since analyzes, readings of scientific articles, dissertations and periodicals for the theoretical basis research, whose approach is qualitative exploratory to the understanding of the study of the subject, through resolutions and curricular proposals activities. It is hoped that this work will reinforce the importance of the School Library as a differential equipment that offers didactic resources to promote creative experiences for use of information, dialoguing with the Reading Rooms as an ally in its work for training readers. This research brings as results the acknowledgement of these professional categories, which can divide the responsibility in relation to student learning, in the knowledge society of which they are part of. It also has as proposal to show how incipient the stage of implantation of the School Libraries is.

Keywords: Reading Room. Reading. School Library. Training of Readers. Curricular Proposal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Resoluções sobre a Sala de Leitura	15
Quadro 2-	Livros de autores relacionados à temática da leitura	16
Quadro 3-	Pesquisa na Base de Dados Scielo	17
Quadro 4-	Pesquisa na Base de Dados Brapci	17
Quadro 5 -	Relação de Bibliotecas Escolares por CRE	42

LISTA DE FIGURAS

Figura1 -	Livros de autores relacionados à temática da leitura	33
Figura 2 -	Educação em Números	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BE	Biblioteca Escolar
BEM	Biblioteca Escolar Municipal
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEALE	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREs	Coordenadorias Regionais de Educação
DO	Diário Oficial
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GLA	Gerência de Leitura e Audiovisual
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
Multirio	Empresa Municipal de Multimeios Ltda
NCBM	Núcleo Curricular Básico Multieducação
PME	Plano Municipal de Educação
PMLL	Plano Municipal do Livro e da Leitura
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Biblioteca Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNSL	Programa Nacional de Salas de Leitura
PPP	Projeto Político Pedagógico
SL	Sala de Leitura
SME	Secretaria Municipal de Educação
ScieLO	Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3	A LEITURA E A ESCOLA.....	18
3.1	Políticas Públicas em relação à Escola.....	18
3.2	A Leitura na Escola.....	21
4	AS SALAS DE LEITURA	24
4.1	Breve Histórico das Salas de Leitura no Brasil	24
4.2	As Salas de Leitura no município do Rio de Janeiro	26
4.3	Sala de Leitura: estrutura e organização	29
4.4	As atribuições do Professor da Sala de Leitura ao longo de sua trajetória	34
5	A BIBLIOTECA ESCOLAR	37
5.1	Breve Histórico das Bibliotecas Escolares no Brasil	37
5.2	Um olhar sobre a Biblioteca Escolar no município do Rio de Janeiro	40
5.3	A importância da Biblioteca Escolar no processo educativo	44
6	O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	47
6.1	O Bibliotecário e sua prática educativa	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A contribuição da leitura para a transformação da realidade social dos alunos é uma prática exitosa para a construção de uma cidadania ativa. Nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro, esse encontro entre a comunidade escolar e o mundo da leitura se deu, na década de 80, por meio das salas de multimeios com alguns professores da rede designados para essa função. Posteriormente na década de 90, esses espaços foram transformados em Sala de Leitura para atender à demanda das escolas públicas, cada uma com um professor responsável. Inicialmente, este profissional atuava na formação de leitores literários, mas com o passar do tempo as suas atribuições aumentaram e esse espaço muitas vezes passou a ser confundido com a Biblioteca Escolar.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar se a Sala de Leitura é uma alternativa possível de incentivo à leitura. Como objetivos específicos, são apresentados os seguintes:

- descrever as resoluções das Salas de Leitura do município do Rio de Janeiro e suas transformações curriculares ao longo do período da implantação até os dias atuais;
- caracterizar a Biblioteca Escolar como um dispositivo que pertence à estrutura escolar;
- discorrer acerca da possibilidade de diálogo entre as salas de leitura e a Biblioteca Escolar.

Este trabalho justifica-se pelos questionamentos que surgiram na minha trajetória profissional como professora regente de Sala de Leitura, a partir do ano de 2010, tendo ingressado no magistério do município no ano de 2001. Destaco a publicação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do país, exigindo um bibliotecário a sua frente. A partir dessa lei, senti-me desafiada a compreender os reflexos em minha atuação como professora de Sala de Leitura.

No ano de 2012, ingressei no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a fim de buscar respostas para o novo cenário. Para tanto, analisei as transformações do profissional de Sala de Leitura nos anos 80, momento no qual esse espaço foi criado na rede pública, até a atualidade.

Muitos professores na função de regente de Sala de Leitura, em muito contribuíram, e contribuem, para a formação do leitor em sua experiência diária. Por meio da pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e de cunho exploratório, verifica-se que as resoluções das Salas de Leitura e os artigos com a análise das propostas curriculares, a partir do ano de 1996, ano que surgiu o Núcleo Curricular Básico do Multieducção (NCBM), sustentam o presente trabalho.

No campo biblioteconômico, a Biblioteca Escolar sempre foi prejudicada pela falta de interesse político, poucas instituições superiores oferecendo graduação em Biblioteconomia para atender à demanda e orçamento precário na área da educação. Esse cenário arrasta polêmicas entre profissionais bibliotecários que se sentem desprestigiados e buscam respeito a sua profissão, visibilidade e mais oportunidades de empregos e o município pode ser um celeiro de oportunidades para essa demanda.

De forma a cumprir os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: esta introdução, contendo o assunto da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos; na seção 2 apresentaram-se os referenciais teóricos utilizados para embasar o trabalho; a seção 3 tratou da importância da leitura e como são elaboradas as políticas que dão embasamento para que ela aconteça, nas subseções discorreu-se sobre as políticas públicas e de como é vivenciada a experiência leitora na escola; na seção 4 abordou-se a questão das Salas de Leitura, como esse espaço foi construído, nas subseções fez-se um breve histórico dessas salas no Brasil e no município do Rio de Janeiro bem como a estrutura e a organização desse espaço, mencionou-se as atribuições do professor da Sala de Leitura ao longo de sua trajetória; na seção 5 relatou-se a importância da Biblioteca Escolar, nas subseções fez-se um breve histórico das Bibliotecas Escolares no Brasil e no município do Rio de Janeiro e no processo educativo; na seção 6 ressaltou-se o perfil do profissional bibliotecário e na subseção o papel do bibliotecário e sua prática educativa e a seguir as considerações finais. Por fim, apresentaram-se as referências utilizadas ao longo deste trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico empregado nesta pesquisa foi o bibliográfico, levando em consideração as resoluções e políticas que estão em consonância com as propostas de trabalho da Sala de leitura, ao longo das mudanças na administração do município do Rio de Janeiro.

A forma de abordagem é qualitativa exploratória buscando uma compreensão do cenário das Salas de leitura e da pouca visibilidade da Biblioteca Escolar em sua atuação, como um dispositivo que pertence à estrutura escolar. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...] Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado [...].

De forma a cumprir o objetivo de descrever as resoluções sobre a Sala de Leitura foram feitas buscas no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (DO) (Quadro 1). Utilizou-se também o fascículo de atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducação nomeado *Temas em debate: Sala de Leitura*, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Este é o documento que norteia as ações do trabalho das Salas de Leitura nas unidades escolares.

Quadro 1: Resoluções sobre a Sala de Leitura

Resolução	Ano	Fonte
Resolução nº 560, de 11/01	1996	Núcleo Curricular Multieducação temas em debates – Sala de Leitura
Resolução SME nº 1072, de 31/03	2010	DO do Município do Rio de Janeiro
Resolução nº 1427, de 24/10	2016	DO do Município do Rio de Janeiro
Resolução SME nº 47, de 19/01	2018	DO do Município do Rio de Janeiro

Fonte: Autora (2018)

A utilização das resoluções que orientam as Salas de Leitura como instrumento de análise teve como objetivo proporcionar um olhar mais atento nas propostas curriculares e as relações na experiência da leitura no cotidiano escolar.

Foram utilizados também livros, dissertações, teses e revistas, buscando conhecimento do tema escolhido e reunindo textos para construir uma nova leitura.

Com a finalidade de compreender as transformações curriculares ocorridas na área educacional no Rio de Janeiro e a relação com as resoluções das Salas de Leitura, pesquisou-se em artigos no Google Acadêmico, utilizando-se a palavra-chave: Sala de Leitura, sendo ressaltados os seguintes autores: Leda Maria Fonseca (2004) que descreveu as práticas nas Salas de Leitura no Rio de Janeiro; Axer Bonnie (2012, 2017) que retratou as políticas curriculares no município do Rio de Janeiro; e Luciana Velloso (2010) que abordou as políticas curriculares e as Tecnologias de Informação e Comunicação. Os livros utilizados encontram-se relacionados no quadro 2:

Quadro 2: Livros de autores relacionados à temática da leitura

Livros	Autores
Mediação de Leitura	Santos, Fabiano dos; Marques Neto
A experiência da Leitura	Yunes, Eliana; Oswald, Maria Luiza
Leitura em curso: trilogia pedagógica	Silva, Theodoro da Silva
A Importância do Ato de Ler	Freire, Paulo
A arte de ler ou como resistir à adversidade	Petit, Michèle
Leitura e Animação Cultural	Quevedo, Hercílio
Por que ler? : perspectivas culturais do ensino da leitura	Kramer, Sonia

Fonte: Autora (2018)

As pesquisas também foram feitas nas bases de dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e *Scientific Electronic Library Online* (ScieLO), conforme resultados nos quadros abaixo:

Quadro 3: Pesquisa na Base de Dados Scielo

Palavra-chave	Referências	Artigo Utilizado
----------------------	--------------------	-------------------------

	Encontradas	
Biblioteca Escolar	14	Ensino e biblioteca: diálogo possível
Leitura Literária	8	Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro
Proposta Curricular	6	Propostas curriculares alternativas: limites e avanços.
Sala de Leitura	0	_____

Fonte: Autora (2018)

Quadro 4: Pesquisa na Base de Dados Brapci

Autor	Referências Encontradas	Artigo Utilizado
Bernadete, Campello	42	➤ A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244/10 ➤ Perspectivas de Letramento Informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecas em escolas de ensino básico ➤ Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil
Fragoso, Maria G.	19	Biblioteca na Escola

Fonte: Autora (2018)

3 A LEITURA E A ESCOLA

Falar a respeito da importância da leitura é refletir como são elaboradas as políticas que dão embasamento para que ela aconteça como um direito de todo cidadão. Afinal, o que é a leitura? Segundo Kramer (2010, p. 113) “leitura é hábito? É gosto, prática, relação, exercício, instrumento, necessidade? Assumo a leitura e a escrita como experiência”. Assumir a importância da leitura como experiência que ela proporciona na formação do leitor é deixar marcas de vida, de relação entre o leitor e o texto. “Focalizemos a leitura: está ela sendo praticada como passatempo ou como algo que passa para além do seu tempo de realização do tempo vivido?”. (KRAMER, 2010, p. 114). O termo leitura é muito abrangente, como afirmam Farias e Carvalho (2014, p. 109) “a palavra leitura é polissêmica e seu uso se aplica em muitas situações”.

Nas próximas subseções 3.1 e 3.2 serão abordadas as políticas públicas e a forma de leitura trabalhada no ambiente escolar.

3.1 Políticas Públicas em relação à Escola

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltado à rede pública de ensino para a distribuição de obras didáticas e iniciou-se, com a denominação de Instituto Nacional do Livro (INL). Abaixo segue um histórico de ações governamentais no período de 1976 a 1997:

- 1976 - Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do Programa do Livro Didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) [...] Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa.
- 1983 - Em substituição à Fename, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) [...] Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.
- 1985 – [...] edição do [...] Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) [...]
- 1997 - Com a extinção, em fevereiro, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD

é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2018a, *online*).

Ao mesmo tempo as escolas públicas, a partir do ano de 1997, começaram a fazer parte de um Programa que “tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (BRASIL, 2018b, *online*), nomeado Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Inicialmente, essa distribuição alternava em relação às escolas de educação infantil, ensino fundamental inicial, ensino fundamental final e nível médio e com o passar dos anos essa distribuição passou a ser para todas as escolas públicas de educação básica, de forma gratuita e que se encontravam cadastradas no site do censo escolar. Esse programa dividiu-se em PNBE Literário com obras de literatura, PNBE periódico com um acervo de conteúdo didático e metodológico e PNBE do professor com acervo teórico e metodológico de apoio a sua prática pedagógica. Um programa em que os professores e alunos sempre receberam o acervo definido e nunca puderam fazer parte da escolha desses títulos.

Houve uma grande distribuição de livros de literatura no período de 1997 até 2014. No ano de 2017 o Programa Nacional do Livro Didático recebeu o nome de PNLD Literário. Em conformidade com o decreto nº 9099/2017, o PNLD literário tem como objetivos:

- 2.1.1 Avaliar obras literárias para uso em sala de aula pelos estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) [...]
- 2.1.2 Apoiar a formação dos acervos das escolas públicas [...]
- 2.1.3 Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum - BNCC [...] (BRASIL, 2018c, *online*).

Com o término do PNBE, em Julho de 2017, o PNLD Literário ficou responsável pela avaliação das obras literárias e pela formação do acervo. Conforme estabelecido pelo Decreto nº 9099, de 18 de Julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático:

- Art. 6º O processo de aquisição de materiais didáticos ocorrerá de forma periódica e regular [...]
- § 2º O PNLD distribuirá **anualmente obras didáticas e literárias para uso em sala de aula pelos estudantes**, conforme os critérios, os requisitos e os procedimentos previstos em Resolução do FNDE, **ouvida a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação**. (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Segundo Brasil (2018d) “o atual PNLD inovou ao permitir que os estudantes e as escolas recebam obras literárias para as ações de incentivo literário e apoio pedagógico, em quantidade e diversidade adequadas ao cotidiano escolar”; assim, este programa ganha uma nova nomenclatura e passa a ser denominado Programa do Livro e do Material Didático, dando possibilidades de compra de outros materiais, além de livros.

A literatura ganha destaque na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), “[...] o tratamento das práticas leitoras compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, tais como [...] mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura [...]” (BRASIL, 2018e, *online*). Porém, não parece ser uma preocupação dos programas governamentais de incentivo à leitura literária quando interrompem a distribuição de livros do PNBE em 2014.

As escolas se encontram desde 2014 sem receberem livros de literatura, prejudicando em muito a atualização dos acervos. Outro fato a observar em relação à aquisição do acervo para as Salas de Leitura é a suspensão de verbas para a compra de livros em determinados eventos literários, como a Bienal do Livro. Destaca-se, ainda, que no atual PNLD há a possibilidade da escolha dos livros pelos professores, atendendo a uma reivindicação antiga, pois muitos avaliavam que os livros selecionados dificultavam o entendimento pelos alunos, por estarem distantes da sua realidade.

As políticas públicas na educação básica têm lançado programas para erradicar o analfabetismo, mas como é possível ver, pelo resultado da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a seguir não conseguiram alcançar os níveis desejados:

O Programa Mais Alfabetização foi lançado com o intuito de reverter estagnação na aprendizagem, revelada pela ANA em 2016. Os resultados do levantamento mostraram que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, **permanecem em níveis insuficientes de leitura, encontrando-se nos níveis 1 e 2 [...]** (BRASIL, 2018f, *online*, grifo nosso).

Para sair dos níveis elementares de leitura é necessário um esforço conjunto não só da base da educação, mas principalmente de políticas públicas de fomento à leitura.

Não adianta distribuir livros de literatura para os alunos nas escolas sem uma mediação, exigindo assim, inicialmente, um interesse por parte do professor em partilhar essa leitura com seus alunos.

Por isso, investimento na formação dos professores é fundamental para que compreendam a importância da leitura para seus alunos. Porém, como afirma Failla, (2016, p. 21):

Muitas vezes se oferece formação, mas não se acompanha se elas contribuíram, efetivamente, para melhorar práticas. Há uma perversa dissociação entre a formulação de políticas e projetos e sua execução nas bases. Um vácuo entre formuladores, gestores e executores. Entre estes, que conhecem muito sobre essa realidade e que reclamam por não serem ouvidos, encontramos os professores, os mediadores, os bibliotecários etc.

Com esse olhar se torna ainda mais complexa a situação de formação dos mediadores de leitura, pois o acompanhamento na base é fundamental para auxiliar a prática em campo.

Afinal, “[...] tornar-se leitor e auxiliar na formação de novos leitores parece ser um compromisso de cidadania para quem acredita que ler não é apenas decodificar signos, mas um ato que pode mudar o rumo da(s) vida(s)” (QUEVEDO, 2002, p. 79).

3.2 A Leitura na Escola

A importância da leitura para a vida dos alunos vai depender de como ela chegará até eles. De como a escola vivencia essa experiência leitora, como nós educadores iniciamos esse processo na alfabetização para que seja a porta de entrada para o mundo da leitura, uma leitura com sentido para a vida desses alunos. Segundo Larrosa (2002, p. 25), “[...] é experiência aquilo que ‘nos passa’ ou nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma”. Por meio da leitura literária pode-se vivenciar a experiência, como algo que nos acontece, que nos toca.

Para Yunes (2003, p. 34), a experiência da leitura se dá,

[...] Na literatura, na linguagem que a expressa, as coisas, as idéias, os sujeitos, os contextos e os valores são postos como que a distância de si mesmos [...]. Daí que a experiência da leitura não pode ser outra coisa diferente de compreender o sentido de um texto desse modo [...].

Segundo Kramer (2010, p. 115), a

Leitura como experiência (na escola, na sala de aula ou fora delas) acontece no momento em que o lido se enraíza naqueles que lêem e também quando os textos são comentados com os outros, na troca, no elogio, na crítica, no relato, em situações nas quais se fala de livros e de histórias, contos, poemas ou personagens, compartilhando sentimentos e reflexões, plantando no ouvinte a coisa narrada, criando um solo comum de interlocutores [...].

Já Petit (2003, p. 105) afirma: “[...] o quanto textos ouvidos ou lidos [...] ajudam a despertar em uma pessoa regiões silenciadas, ou enterradas no esquecimento, dar-lhes forma simbolizada, compartilhada, e transformá-las”.

Para Zilberman (2008, p. 96) “por ser emancipatória, a literatura pode colaborar para que leitor se libere de seus prejuízos e limitações”.

Para Silva, (2005, p. 42, grifos do autor) “[...] enquanto a escola e, mais especificamente os professores, não entenderem que ler é interagir para *produzir* sentidos (e não para *reproduzir* os sentidos protocolados [...] uma mudança, para melhor, do ensino vai ficar a ver navios!”.

Todos esses autores deixam claro que a relação entre o texto, o leitor e o autor não pode ser por obrigação, pelo senso comum, essa leitura tem que ser questionada, pensada,

A sala de aula, o salão de leitura não podem ser apenas lugares de tarefas e avaliações: cabe-lhes sobretudo o empenho em co-mover as **experiências** mais pessoais do aprendiz no resgate do texto e da palavra do outro, de modo a lograr que a **intimidade**, ao ser **partilhada**, supere seus limites individualistas e alcance uma dimensão que seja a um só tempo singular e plural [...] (YUNES, 2003, p. 13, grifos do autor).

Assim, há de se ter cuidado para não fazer da leitura um instrumento utilitário para dar conta dos conteúdos. O trabalho de formação de leitores para a aprendizagem é formar alunos mais críticos, mais questionadores, como afirma Freire (2011, p. 31) “[...] estas reflexões em torno da importância do ato de ler, que implica sempre percepção crítica, interpretação e 're-escrita' [...]”.

Segundo Quevedo (2002, p. 70. grifo nosso):

A escola deveria trabalhar com vários tipos de textos: informativos, como jornais e revistas; formativos, livros técnicos específicos de cada área do conhecimento. **Porém, de modo especial, necessita voltar-se para um tipo de texto [...] Este texto é o literário**, capaz de lançar luzes à compreensão da vida como nenhum outro o faz.

A parceria com o professor de sala de aula é fundamental para garantir essa leitura na escola. Esse diálogo tem que ser constante. O trabalho com a leitura necessita que o professor tenha conhecimento de estratégias de leitura, fazendo inferências, levantamento de hipóteses, dando vida às leituras, provocando o envolvimento do aluno para que aquela experiência de leitura seja transformadora em seu modo de pensar, que ele se sinta cada vez mais estimulado a buscar novas leituras.

Como afirmam Ferreira e Dias (2005, p. 328) “[...] a leitura deve ser concebida como uma atividade que precisa ser ensinada e aprendida a partir de estratégias que devem ser explicitadas ao leitor-iniciante por um adulto leitor competente”.

Considerando também a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil do ano de 2016, os resultados demonstram que “nas faixas etárias correspondentes aos ciclos da escolarização básica (Ensino Fundamental e Médio) as 'dicas de professores' são mais influentes para aqueles que estão entre 5 a 10 anos de idade” (FAILLA, 2016, p. 195).

Portanto, o papel do professor é importante nos encontros diários dos alunos com os livros, seja nas Salas de Leitura ou nas salas de aula ou nos corredores, pátios ou secretaria; enfim, para que esse encontro não seja solitário é preciso dar sentido a essas leituras, para despertar o interesse e o prazer de ler.

4 AS SALAS DE LEITURA

A Sala de Leitura é um espaço que precisa ser construído com a comunidade escolar. Corsino, Vilela e Travassos (2017, p. 371) entendem: “[...] o espaço como algo projetado e o lugar como algo construído a partir das relações [...]”. Pensando desta forma, não adianta a Sala de Leitura ser um espaço esteticamente lindo se não ocorrerem interlocuções, troca com os alunos e sentido para os mesmos.

Esse lugar deve ser criado para tecer relações no espaço escolar. Para tanto é necessário ter um olhar atento de como foi construído e como as práticas de leitura se estabelecem.

4.1 Breve Histórico das Salas de Leitura no Brasil

Em relação às Salas de Leitura, seu histórico iniciou-se na década de 70 e está relacionado ao Instituto Nacional do Livro (INL). Época em que o país estava empenhado em ações para o progresso e a educação. O INL além de firmar a imagem da biblioteca pública como escolar, foi também o responsável pela distribuição dos livros didáticos, sendo que “o primeiro instrumento que viabilizou a integração biblioteca, livro e educação foi o **Programa Nacional do Livro-PNL**”. (OLIVEIRA, 1994, p. 107, grifo nosso).

Desta forma, parece que estamos entrando em um túnel do tempo, “o Programa Nacional do Livro abrangeu dois subprojetos: o do livro didático e o do livro literário [...]”. (OLIVEIRA, 1994, p. 108). Esses subprojetos pretendiam a instalação maciça de bibliotecas públicas e Salas de Leitura nos municípios, para dar acesso ao livro para a população “como fonte de pesquisa, estudo ou informação utilitária e preservação da cultura brasileira [...]”. (OLIVEIRA, 1994, p. 110).

Na história das bibliotecas públicas no Brasil verificamos que as Salas de Leitura sempre estiveram presentes nos programas de distribuição de livros, segundo Oliveira (1994, p. 109, grifo nosso) “as secretarias estaduais de Educação, também distribuíam os livros didáticos, prioritariamente, aos municípios que possuíam bibliotecas públicas ou **salas de leitura** cadastradas no INL”.

O INL continuou com projeto de contribuir com o progresso brasileiro, e na região amazônica “[...] ampliou e direcionou um programa de **salas de leitura** iniciado na gestão de Humberto Pelegrino, elaborando um projeto de serviços bibliotecários para a região [...]”. (OLIVEIRA, p. 120, grifo nosso).

Constatamos que o INL foi responsável por:

[...] ‘um pequeno festival de salas de leitura’ na região, entendendo-se por salas de leitura qualquer ambiente que pudesse receber uma estante, contendo dicionários da FENAME e títulos básicos contendo literatura brasileira editados pelo instituto (OLIVEIRA, p. 120).

Outra situação a ressaltar é o fato do INL distribuir livros didáticos e não se preocupar em fazer um trabalho de formação para o professor visando à formação de leitores. Assim,

A biblioteca pública fornecia apoio às atividades da escola, mas não havia notícias do programa do INL dirigidos para os professores, com vistas a promoção do hábito da leitura [...] o instituto repetia sua postura tradicional. Distribuía livros didáticos e literários e esperava que a presença destas obras na comunidade, estimulasse os indivíduos à leitura (OLIVEIRA, 1994, p. 121).

Com a sua estratégia de implantar bibliotecas e Salas de Leitura propôs “uma série de metas para o período de 1975 a 1979: “[...] criação de 2500 bibliotecas públicas e salas de leitura (500 a cada ano) [...]” (OLIVEIRA, 1994, p. 125).

Além de fazer o cadastramento das bibliotecas e convênios com prefeituras municipais, o INL, segundo Oliveira (1994, p. 148, grifo nosso) “criou bibliotecas de diferentes formatos: unidades culturais, minibibliotecas, **salas de leitura**, carros-bibliotecas [...]”. Então, como estratégia mudou o invólucro das bibliotecas públicas na expansão das mesmas.

No ano de 1983, a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) era a responsável pela distribuição do livro didático, sendo substituída em 1984, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que cria o Programa Nacional de Salas de Leitura (PNSL). Segundo Oliveira (1994, p. 160) “[...] o INL entendia que, como a biblioteca pública atuava como biblioteca escolar, caberia à FAE dar condições de atendimento a esses escolares, fornecendo-lhe livros de literatura e de desenvolvimento escolar [...]”. No ano de 1987 termina esse programa e em 1988, o INL é extinto.

Portanto, nesse período, há falta de políticas públicas para a formação da leitura. Segundo o glossário Ceale, no verbete, *políticas públicas de leitura literária* verifica-se que:

No Brasil, [...] **foi apenas na década de 1980 que a questão da formação de leitores** entrou na pauta das políticas públicas e, ainda assim, não de forma prioritária - sempre afetadas pela descontinuidade das políticas públicas. Destacam-se, aqui, quatro delas: o **Programa Nacional Sala de Leitura – PNSL (1984-1987)**; o *Proler*, criado pela Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura; o *Pró-leitura* na formação do professor (1992 -1996) e o *Programa Nacional Biblioteca do Professor* (1994). Em

1997, criou-se o *Programa Nacional Biblioteca da Escola* (PNBE) [...], (CEALE, 2018, *online*, grifo nosso).

No ano de 2003, com a Lei nº 10753, foi instituída a Política Nacional do Livro:

[...] Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional [...] II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas; b) introdução da hora de leitura diária nas escolas; c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares [...] (BRASIL, 2003, *online*).

No ano de 2017, começou a tramitar no Congresso Nacional um Projeto de Lei que altera a Lei nº 10.753, para incluir na Política Nacional do Livro os mediadores de leitura e garantir ações continuadas de estímulo e formação de leitores. Como diz no

[...] Art 13. V – promover a formação continuada das pessoas que trabalham na mediação de leitura [...]. 13-A. Considera-se mediador de leitura, para efeitos desta Lei, **o educador com perfil leitor capaz de fazer a promoção da leitura e do livro**, e esteja vinculado a Bibliotecas ou a uma rede de ensino, pública ou privada. (BRASIL, 2017, *online*, grifo nosso)

Portanto, a questão da mediação é fundamental, afinal o texto não existe sem o leitor, segundo Nóbrega (2009, p. 98),

[...] o ato da leitura é ação que envolve um conjunto de elementos – leitor, texto, contexto [...] agora a atenção está sobre as práticas dos sujeitos que se apropriam dos objetos que circulam para construir significados. Olhar que não está interessado em somente descrever, mas, sim, em interrelacionar (-se), construir junto, compartilhar [...].

4.2 As Salas de Leitura no município do Rio de Janeiro

Em relação às propostas de Sala de Leitura no município do Rio de Janeiro,

Em sua implantação, a Sala de Leitura pertencia a um Programa Especial de Educação que idealizava um atendimento integral. Aos alunos eram oferecidas várias atividades [...] tais como: quadra de esportes polivalente, biblioteca, auditório, salas de estudo dirigido, refeitório espaçoso com televisão e videocassete etc. [...] as Salas de Leitura dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) não foram adaptações de espaços, foram construídas para esse fim [...] (FONSECA, 2004, p. 20).

Axer (2012, p. 59) esclarece que “enquanto os CIEP possuíam Salas de Leitura, as escolas regulares da Rede Municipal possuíam as chamadas Salas de Multimeios, que [...] se

encontravam estruturadas dentro das bibliotecas, tendo como principal objetivo dinamizar uma prática tecnicista”.

Segundo Fonseca (2004, p. 42) “[...] essas salas não existiam em todas as escolas e o trabalho não tinha uma orientação sistematizada [...]”. Entretanto, na década de 80 as Salas de Leitura apresentam um perfil de leitura bem diversificado, ampliado e voltado para a formação do leitor, na perspectiva de leitura de mundo. Segundo Moreira (2000, p. 111) “há um movimento de renovação curricular nos anos oitenta, predominantemente na região Sul e Sudeste [...]”. Essas mudanças são voltadas para uma educação de propostas curriculares populares, os autores se inspiravam em Paulo Freire para pensar essas mudanças. Assim, “[...] novos contornos foram definidos, priorizando a capacidade de ler e escrever o mundo numa perspectiva da articulação do livro, principal agente educativo, com os demais portadores de textos: tevê, rádio, jornal, etc.” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 9).

Como consequência, no ano de 1985, tem-se a proposta das Salas de Leitura do município “como alternativa aos espaços de Multimeios [...] buscando ressignificar e redimensionar as práticas até então desenvolvidas” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 9).

Através da portaria nº 12/90/EDGE de 02/05/90, extinguiu-se as salas multimeios e foram implantadas Salas de Leitura em todas as escolas do município do Rio de Janeiro.

No ano de 1992 surgem as Salas de Leitura Pólo e as Salas de Leitura Satélites. As Salas de Leitura Pólo são centros multiplicadores das orientações da Gerência de Mídia Educação que repassam as orientações para as Salas de Leitura que são denominadas de satélites.

No ano de 1993 surge a empresa Multirio (Empresa Municipal de Multimeios) “[...] em consonância com a Política Educacional Multieducação, na produção de mídia e atividades pedagógicas, com professores/as e estudantes [...] da rede [...]” (VELLOSO, 2010, p. 49). A Multirio é vinculada à Gerência de Mídia e Educação. As Salas de Leitura são os espaços encontrados para a inserção dessas mídias nas atividades pedagógicas.

No ano de 1996, foi construído o documento denominado Núcleo Curricular Básico MULTIEDUCAÇÃO¹, com a participação da comunidade escolar e Coordenadorias regionais de Educação (CREs), para atender a diversidade do cenário educacional do Rio de Janeiro.

¹RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei nº 4866, de 2 de julho de 2008. Aprova o **Plano Municipal de Educação** e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2008. p.108.

Neste mesmo ano, foram definidas as diretrizes para a organização do trabalho da Sala de Leitura e as atribuições do professor com a publicação da Resolução SME nº 560. Num contexto curricular voltado para a autonomia do sujeito, para crítica “em oposição às tentativas centralizadoras do governo federal, apresentando como principais conquistas os esforços [...] por desenvolver currículos centrados nas escolas e por promover a integração dos conteúdos e das atividades” (MOREIRA, 2000, p. 124).

Em dezembro, foi criada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que é responsável pela regulamentação da estrutura e funcionamento do ensino do país e nela fica evidente a necessidade da construção do Projeto Político Pedagógico pelas Instituições de Ensino, conforme os artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na **elaboração do projeto pedagógico da escola** (BRASIL, 1996, *online*, grifo nosso).

Desta forma, “As atividades desencadeadas nas/a partir das Salas de Leitura devem ser compreendidas no contexto de uma proposta de trabalho, que se articula com as demais ações promovidas **na/pela** escola, em consonância com o Projeto Político - Pedagógico” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 21, grifo nosso).

Assim, a Sala de Leitura é o caminho para as novas mídias “[...] os alunos podem produzir um vídeo ou roteiro teatral a partir de um clássico de literatura brasileira [...]” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 15).

Já no ano de 2010, com outra administração da cidade do Rio de Janeiro, o currículo passa a ser mais centralizador, a ter um nível central. Segundo a resolução nº 1072, de 31 de março de 2010:

Art. 5º I - Os projetos de trabalho [...] devem ser elaborados pelo professor regente de Sala de Leitura a partir das características e necessidades da Unidade Escolar e em consonância com **as diretrizes oriundas do Nível Central da SME e das Coordenadorias Regionais** (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 10, grifo nosso).

A Sala de Leitura nesta nova administração faz parte de um projeto da Secretaria Municipal de Educação (SME) denominado: “Rio, uma cidade de leitores” e estabelece uma ampliação de leitura, de múltiplas linguagens, como um projeto de leitura a Nível Central:

Parágrafo único. A promoção da leitura e a formação de leitores citadas no caput deste artigo devem considerar **a necessidade do acesso ao livro de literatura, bem como a outros suportes textuais, tais como vídeos, softwares e demais materiais impressos, audiovisuais ou digitais, contemplando a diversidade de textos e formatos existentes** (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 10, grifo nosso).

Desta forma, “o projeto Rio, uma cidade de leitores” foi uma proposta para formar uma cultura leitora nas comunidades escolares e no entorno, onde “[...] é estruturada a partir de três eixos norteadores: ampliação e melhoria de acervos; formação de mediadores de leitura e ações culturais de estímulo à leitura” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2010, *online*).

Além disso, no ano de 2012, o município firma o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma nova proposta educacional, a fim de garantir a alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental, com o Ministério da Educação. As Salas de Leitura dos anos iniciais do ensino fundamental apoiaram as propostas pedagógicas do Pacto, por meio de ações tais como leitura deleite, uma leitura por prazer.

Quanto aos materiais didáticos que chegaram às escolas participantes do PNAIC, foram distribuídos conforme definição específica na portaria 867, de 4 de julho de 2012, que instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

Art. 8º O eixo materiais didáticos, **literatura** e tecnologias educacionais caracteriza-se pela disponibilização pelo MEC, para as escolas participantes, de:

IV - **obras de referência, de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE;**

V - **obras de apoio pedagógico aos professores, distribuídas por meio do PNBE;**

VI - tecnologias educacionais de apoio à alfabetização (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Os livros do PNBE foram diretos para as salas de aula para serem dinamizados pelo professor e comporem os cantinhos de leitura.

4.3 Estrutura e Organização da Sala de Leitura

Na Resolução SME nº 560, do ano de 1996, consolida-se “a concepção da Sala de Leitura como **estrutura integrada** às práticas desenvolvidas nas salas de aula, **no contexto do Projeto Político Pedagógico** de cada Unidade Escolar” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 9, grifo nosso). Quando se utiliza a expressão “estrutura integrada” parece ser uma estrutura

como uma identidade própria, com certa autonomia em relação ao Projeto Político Pedagógico.

A Resolução nº 1072, de 31 de março de 2010, faz algumas modificações importantes na Estrutura e Funcionamento das Salas de Leitura, pois além de serem espaços voltados para a promoção da leitura literária, para a formação de leitores e para a realização de pesquisas escolares passam a funcionar, também, como **estruturas de suporte** ao desenvolvimento de propostas pedagógicas da escola, inclusive o reforço escolar.

A proposta de trabalho deverá integrar o Projeto Político Pedagógico da respectiva escola, mas por outro lado organizada **de acordo com as diretrizes estabelecidas pela E/SUBE/CED - Mídia-Educação**. A promoção da leitura e a formação de leitores devem considerar a necessidade do acesso **ao livro de literatura**, bem como a **outros suportes textuais**, tais como vídeos, softwares e demais materiais impressos, audiovisuais ou digitais, contemplando a diversidade de textos e formatos.

A atual administração do município do Rio de Janeiro, por meio da resolução nº 47, de 19 de janeiro de 2018 modifica a resolução anterior em determinados aspectos:

[...] CONSIDERANDO que **a escola, como espaço** de construção de conhecimento, deve se organizar em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar;

CONSIDERANDO que **as práticas de leitura** oferecidas pela escola se constituem **em suporte pedagógico significativo para a aprendizagem efetiva de todos os alunos**;

CONSIDERANDO que **a Sala de Leitura** deve se constituir em espaço permanentemente aberto, que estimule a autonomia do leitor e oportunize seu acesso **ao livre exercício da leitura literária e de outras linguagens**,
Resolve

[...] VII- As atividades propostas devem estar **em consonância com o** Projeto Político Pedagógico da escola, sendo desenvolvidas com a cooperação e apoio da Equipe Gestora da Unidade Escolar e organizadas de acordo com as diretrizes emanadas da Gerência de Leitura e Audiovisual da Subsecretaria de Ensino (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso).

Percebe-se uma mudança nas disposições dessas resoluções. Anteriormente as Salas de Leitura eram espaços responsáveis para a formação do leitor e na resolução atual cita o espaço escola envolvido em torno de uma política de formação de leitores.

As propostas de Sala de Leitura da resolução atual estão mais próximas das salas de aula, ou seja, estão alinhadas ao Projeto Político Pedagógico da Escola, como evidente na citação abaixo:

Art. 1º [...] VII- **As propostas** devem estar **em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola**, sendo desenvolvidas com a cooperação e

apoio da Equipe Gestora da Unidade Escolar e organizadas de acordo com as diretrizes emanadas da Gerência de Leitura e Audiovisual da Subsecretaria de Ensino (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso).

Portanto, em consonância também com o “parecer [...] de implementação pelos sistemas de ensino das Diretrizes Curriculares Nacionais [...] minimizando o atual distanciamento existente entre as diretrizes e a sala de aula” (BRASIL, 2013, *online*).

Na proposta anterior, do ano de 2010, “Os projetos de trabalho [...] devem ser elaborados pelo professor regente de Sala de Leitura a partir das características e necessidades da Unidade Escolar e em **consonância com as diretrizes oriundas do Nível Central da SME e das Coordenadorias Regionais**” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 10, grifo nosso).

Como diz o Art. 1º “[...] II- As atividades desenvolvidas devem ser previamente planejadas, atendendo, **prioritariamente**, às demandas discentes [...]” (RIO DE JANEIRO, 2018, grifo nosso), ou seja, as propostas das salas de leitura estão em consonância com o PPP da escola e não mais do Nível Central. Verificamos que a prioridade está no apoio à aprendizagem, na sala de aula.

De acordo com a Resolução SME nº 47, “[...] a Sala de Leitura deve se constituir em espaço permanentemente aberto, que estimule a autonomia do leitor e oportunize seu acesso **ao livre exercício da leitura literária e de outras linguagens [...]**” (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso). Com essa nova proposta o aluno tem livre acesso à sala de leitura como uma extensão da sala de aula, como um espaço democrático e deve “[...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos” (BRASIL, 2018d, *online*).

A ampliação dos letramentos trata não só dos gêneros e práticas consagradas pela escola, tais como artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais.

A Resolução supracitada ressalta que “[...] a Sala de Leitura deve funcionar como estrutura de suporte ao desenvolvimento das propostas pedagógicas da escola, inclusive para o **Reforço Escolar, em suas ações diferenciadas, incentivando o trabalho de monitoria entre os estudantes**” (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso). Assim, além da leitura literária, essa resolução está em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do ano de 2017, que determina o “desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e **produção de textos em várias mídias e semioses**” (BRASIL, 2018d, *online*, grifo nosso). Portanto, a valorização do

trabalho de monitoria entre os estudantes determina agora que, além de consumidores de mídias, eles passam a ser produtores também, trazendo novos gêneros para a escola, como textos multimodais e incorporação de tecnologias digitais de forma crítica, não sendo apenas consumidores de tecnologia, mas também protagonistas na produção de tecnologia e mídia.

Segundo o Glossário Ceale em relação à Multimodalidade “[...] devem-se considerar os modos de comunicação lingüística – a escrita e a oralidade -, visuais – imagens, fotografias – ou gestuais – apontar um dedo [...]” (CEALE, 2018, *online*).

Quanto ao espaço físico a ser ocupado pela Sala de Leitura, deve comportar a quantidade mínima de livros necessária para atender o corpo discente, tendo como referência a lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País:

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, **um título para cada aluno matriculado**, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Quanto ao funcionamento das Salas de Leitura, a Resolução dispõe, no Art. 5º:

- I. As Unidades Escolares que atendem a turmas de Ginásio contarão **com 1 (um) Professor de Sala de Leitura** que, necessariamente, deverá comprovar disponibilidade em sua jornada semanal de trabalho para que o implemento de suas atividades alcance os horários correspondentes aos dois turnos;
- II. As unidades escolares que atendem as turmas de primário poderão contar **com mais de 1 (um) Professor de Sala de Leitura se o qualitativo de turma assim** o exigir [...] em consonância com a Matriz Curricular que constitui o Anexo II à Resolução SME nº 1427/ 2016 (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso) .

Tal orientação está em consonância com a Matriz Curricular das Unidades Escolares da Rede Pública Ensino da Cidade do Rio do Ensino Fundamental que define:

[...] Art. 8 Art. 8º **Primário Carioca** é a denominação utilizada para o atendimento aos primeiros seis anos (1º ao 6º ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

[...] Art. 10 A jornada escolar dos alunos matriculados nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino com atendimento de Primário obedecerá à seguinte **carga horária diária**: [...] de **50 (cinquenta) minutos de aula** [...]

Ginásio Carioca

[...] Art.11 Ginásio Carioca é a denominação utilizada para o atendimento aos três últimos anos (7º ao 9º ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

[...]Art. 13 A jornada escolar dos alunos matriculados nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino com atendimento de Ginásio obedecerá à seguinte carga horária diária: [...] de **50 (cinquenta) minutos de aula** [...] (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 10, grifo nosso).

A Sala de Leitura, no Primário Carioca, tem cinquenta minutos semanais para atendimento por turma. De acordo com a matriz curricular, conforme mostrado na figura 1 abaixo:

Figura 1 –Matriz Curricular do Ensino Fundamental

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL PRIMÁRIO DE HORÁRIO INTEGRAL - TURNO ÚNICO 7h						
DISCIPLINAS/ANO	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Língua Portuguesa						
Matemática						
Ciências	27	27	27	26	26	28
Geografia						
História						
Arte (Artes Visuais, Música ou Teatro)	2	2	2	2	2	2
Educação Física	3	3	3	3	3	3
Língua Estrangeira: Inglês	2	2	2	2	2	2
Sala de Leitura	1	1	1	1	1	+
Estudo Dirigido	+	+	+	+	+	+
Projeto de Vida	+	+	+	+	+	+
Ensino Religioso				1	1	
TOTAL SEMANAL DE TEMPOS	35	35	35	35	35	35

Legenda:
+ Significa que a respectiva atividade está incluída nos tempos do professor generalista da turma

PRIMÁRIO DE HORÁRIO PARCIAL						
DISCIPLINAS/ANO	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Língua Portuguesa						
Matemática						
Ciências	18	18	18	18	18	18
Geografia						
História						
Arte (Artes Visuais, Música ou Teatro)	1	1	1	1	1	2
Educação Física	2	2	2	2	2	3
Língua Estrangeira: Inglês	2	2	2	2	2	2
Sala de Leitura	1	1	1	1	1	+
Estudo Dirigido	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	+
TOTAL SEMANAL DE TEMPOS	25	25	25	25	25	25

Legenda:
+ Significa que a respectiva atividade está incluída nos tempos do professor generalista da turma;

Fonte: RIO DE JANEIRO (2016, p. 11, *online*).

Esse tempo, no Primário Carioca, está incorporado à grade curricular e deve ser utilizado pelo professor de turma para elaboração de seu planejamento semanal. O professor do Ginásio Carioca atende às turmas fora da grade fixa em parceria com os professores, de acordo com os projetos e ações da Gerência de Leitura e Audiovisual (GLA),

O tempo para planejamento do professor de Sala de Leitura é garantido, semanalmente, junto à coordenação da unidade escolar.

4.4 As atribuições do Professor da Sala de Leitura ao longo de sua trajetória

O trabalho das Salas de Leitura das escolas públicas da rede do município do Rio de Janeiro, desde sua implantação no ano de 1985, passou por modificações quanto às atribuições dos seus profissionais e quanto às diretrizes para a organização do trabalho.

Segundo Axer (2012, p. 9, grifo nosso):

[...] estes foram somando ao longo das resoluções e da união mídia e leitura, penso que estes acabam por voltar a serem encarregados de multimeios, no sentido em que **são entendidos como dinamizadores dos multimeios da escola apenas e, não difusores da leitura.**

Cada vez as atribuições do professor de Sala de Leitura foram aumentando e ficando mais próximas do “fazer” bibliotecário.

Devido à **centralidade do livro** como objeto de conhecimento e pelas características próprias da composição dos acervos, muitas vezes **as Salas de Leitura são chamadas de bibliotecas**. No entanto, embora algumas atividades sejam semelhantes às atividades de uma biblioteca, a Sala de Leitura tem especificidades que a diferenciam desse espaço (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 23, grifo nosso).

Com a Resolução da Secretaria Municipal nº 560 em 1996 “[...] foram definidas as atribuições do Professor Regente de Sala de Leitura e as diretrizes para a organização do trabalho” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 9). Essas atribuições implicam que, além de formar o leitor literário, o professor também faz empréstimos à comunidade escolar, pesquisas escolares, organiza os espaços e dinamiza as mídias na escola. As salas satélites contam com professores, para dar suporte técnico e apoio para as demais Salas de Leitura.

Com o aumento dessas atribuições, o ano de 1996 fica marcado como um ano de valorização desses espaços. A partir daí, há um fortalecimento das Salas de Leitura ligadas à Gerência de Mídia e Educação. Assim “[...] além de ser o ano da grande resolução que regulamentará o funcionamento da SL por mais de dez anos, é também o ano da distribuição do Núcleo Curricular Básico *Multieducação* (NCBM) a toda Rede Municipal do Rio” (AXER, 2017, p. 125).

Em 2010 surge uma nova Resolução da SME, nº 1072 de 31 de março, que dispõe sobre o funcionamento das Salas de Leitura nas unidades escolares oficiais da rede municipal de ensino e dá outras providências aos professores de Sala de Leitura, como a avaliação sistemática dos acervos, o levantamento das necessidades visando o desenvolvimento das atividades propostas, o estabelecimento de normas para realização do registro, da

classificação e da catalogação dos acervos da Sala de Leitura, além da organização do sistema de empréstimos e dinamização dos acervos disponíveis para toda a comunidade escolar.

Na mesma resolução foram definidas outras orientações:

- I - **Todas as escolas** da Rede Municipal deverão contar com 01 (um) professor regente [...] na Sala de Leitura.
- II - Será permitida a indicação para Regente de Sala de Leitura de Professor de qualquer disciplina, desde que **o mesmo possua o perfil** para exercer a função [...] (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 10, grifo nosso).

Este perfil estava atrelado ao fato do professor já exercer a promoção da leitura nas suas atividades diárias com os alunos e ter disposição para incorporar tecnologias em sua prática pedagógica, participar de cursos, seminários e palestras inerentes à sua área de atuação bem como demonstrar criatividade, dinamismo e capacidade de trabalhar coletiva e cooperativamente.

Os professores das Salas de Leitura pólo, além das atividades descritas acima “deverão coordenar as atividades das escolas que estiverem sem professor de Sala de Leitura” (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 11, *online*).

Com a mudança de administração municipal no ano de 2017, as Salas de Leitura estão sob a orientação da Gerência de Leitura e Audiovisual (GLA).

As atribuições da Sala de Leitura foram complementadas por meio da Resolução nº 47, de 19 de janeiro de 2018, no Art. 3º, especificando que cabe ao Professor Regente da Sala de Leitura:

- [...] V- Promover a permanente troca de experiências entre os professores regentes e garantir o fluxo eficiente e eficaz de informações que contribuam para o êxito do trabalho docente;
- VI- Orientar o diálogo com os professores regentes da Unidade Escolar, acerca das práticas a serem desenvolvidas na escola, referentes aos produtos da Empresa Municipal de Multimeios Ltda - MULTIRIO.
- VII- **Promover a leitura e a formação de leitores na Unidade Escolar**, de forma a ampliar os saberes dos estudantes e a contribuir **para a sua aprendizagem efetiva** [...]
- VIII- Apoiar, com ações de leitura, **nas diversas linguagens**, as atividades de Reforço Escolar promovidas na escola (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso).

Sendo uma sala cujo responsável é um professor regente, seu trabalho é dar suporte às propostas pedagógicas da escola, para uma melhor aprendizagem dos alunos. Este professor deve junto à equipe pedagógica propor ações diferenciadas da rotina de sala de aula como: Roda de Leitura, Tapete de Leitura, Projeto Cine Clube, Sarau de Poesia, Maratona de Histórias, Café Literário, Dramatizações, Contação de Histórias, Empréstimo de Livros,

Sessões com DVDs da Multirio, convidar autores e várias outras atividades que surgem ao longo da dinâmica da escola.

A questão do apoio, com ações de leitura, nas diversas linguagens, está em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que leva em consideração a questão dos gêneros textuais e letramentos:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas (BRASIL, 2018d, *online*).

Entretanto, essa nova resolução não cita as Salas Pólos. Não considera que **todas** as escolas deverão possuir um professor regente de Sala de Leitura. Portanto, esse espaço pode ou não, estar com um professor nomeado, o que dependerá da indicação do diretor da unidade escolar. Outro ponto importante a destacar é que agora todo professor da escola pode ser regente da Sala de Leitura, mas sem a necessidade de um perfil específico.

5 A BIBLIOTECA ESCOLAR

A Biblioteca Escolar precisa ser valorizada como um equipamento voltado para o tratamento e uso da informação, de fomento da leitura, que deve estar presente no ambiente escolar, por oferecer muitas contribuições diferenciadas à aprendizagem dos alunos e por proporcionar “condições de aprender a aprender, permitindo-lhe educar-se durante a vida inteira” (CAMPELLO, 2002, p. 11).

Por meio do seu histórico verificamos que este espaço não recebeu a devida importância ao longo de sua trajetória, mas

ancorada nos conhecimentos que acumulou ao longo de seu contato com o mundo do impresso nos últimos quatrocentos anos, a biblioteconomia tem desenvolvido metodologias para a organização de estoques de informação do ambiente virtual, contribuindo para facilitar o acesso ao conhecimento. (CAMPELLO, 2009, p. 7)

Desta forma a Biblioteca Escolar com a sua devida organização é fundamental para a inserção dos alunos na sociedade da informação, por implementar ações para o desenvolvimento de habilidades informacionais, contribuindo para a capacidade de leitura e de pesquisa dos alunos.

5.1 Breve Histórico das Bibliotecas Escolares no Brasil

A Biblioteca Escolar apresenta um histórico revelador da sua condição atual no nosso país. Sua origem remonta da época colonial, desde então, vários contextos históricos e políticos fizeram parte da sua constituição. Inicialmente, as bibliotecas escolares faziam parte das instituições religiosas: “pode-se afirmar que a relação entre Biblioteca Escolar e o contexto escolar e educativo esteve diretamente relacionada a uma instituição: a igreja” (SILVA, 2011, p. 491).

Quando o Marquês de Pombal, em Portugal, influenciado pelo movimento iluminista, originário da França, determinou que acabasse o trabalho missionário nos conventos, as Bibliotecas Escolares dessas instituições religiosas que faziam parte desse espaço ficaram abandonadas e esquecidas. Assim, “Vale ressaltar que a decadência dos conventos em decorrência da censura introduzida por Pombal, fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fossem abandonados e, por conseguinte, perdido por causa da umidade e dos insetos [...]” (SILVA, 2011, p. 493).

Essa reforma educacional no Brasil Colônia intencionava beneficiar Portugal em seu movimento absolutista. Foi uma reforma, de cunho político, longe de atender às necessidades dos cidadãos. A partir da época colonial, algumas escolas no Brasil e Bibliotecas Escolares apresentaram em sua essência traços religiosos até o século XIX. Segundo Silva (2012, p. 51), “[...] durante as primeiras décadas do século XIX, a falta de recursos em Portugal fez sentir efeitos deficitários da educação pública a partir da falta de investimentos em profissionais habilitados [...]”. As bibliotecas escolares se encontravam em colégios elitizados e seu público eram os padres e bispos que buscavam se instruir em assuntos religiosos. A base educacional inicial no Brasil era de cunho religioso, assim “o viés da educação no Brasil era muito restrito” (SILVA, 2012, p. 50).

Desde a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, no século XIX, o ensino público nasceu em condições de escassez de recursos. Durante séculos vivemos sem uma política educacional; “falta de investimentos na educação pública afeta o desenvolvimento de uma política para biblioteca escolar” (SILVA, 2012, p. 51).

No século XX, a Biblioteca Escolar ganha propostas com o desenvolvimento da Biblioteconomia, porém ela sempre esteve ligada à distribuição de livros.

Quanto às políticas públicas, desde o ano de 1937 até 1989, o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão federal, teve importante atuação na política de bibliotecas no Brasil, passando por diversos governos, refletindo suas ações de acordo com o momento político, criando diversas bibliotecas públicas.

Assim, fazendo um recorte histórico, a fim de compreender esse diálogo entre ensino e biblioteca como afirma Castro (2003, p. 70):

Com a abertura política que se processa lentamente, a partir da década de 80, o diálogo entre ensino e bibliotecas não reacendeu da mesma maneira quando do término dos períodos ditatoriais anteriores. Projetos desconexos e sem continuidade têm sido engendrados pelo Estado, o que nos autoriza a afirmar que, no âmbito governamental, não há qualquer ação efetiva para o fortalecimento do diálogo entre ensino e biblioteca [...].

De acordo com Oliveira (1994, p. 27), o INL “[...] iniciou seu trabalho propondo a criação de 25 bibliotecas populares, em bairros do Rio de Janeiro e em 1989, 52 anos após a sua criação, computava a presença da biblioteca pública em 96% dos municípios brasileiros”. Assim,

Entre 1964 e 1984 a biblioteca pública teve duas funções básicas, no Brasil. Inicialmente função de apoio a atividade educacional, **transvestida que foi em biblioteca escolar**, retomou sua identidade tradicional, de responsável

pela preservação das obras mais significativas da cultura brasileira. As funções educacionais e armazenadora foram as predominantes no período. (OLIVEIRA, 1994, p. 149, grifo nosso).

Segundo, Silva (2012, p. 54) “a falta de bibliotecas escolares fez com que os alunos se utilizassem das poucas bibliotecas públicas existentes [...]”.

No ano de 1997 surge o PNBE, programa de distribuição de acervos de obras de literatura, pesquisa e referência. No ano de 1999, houve a distribuição do Guia do Usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola dando sugestões de como dinamizar o acervo do PNBE nas escolas; uma delas sugere que “Organize eventos nos quais professores, orientadores, **bibliotecários**, coordenadores e demais profissionais do ensino dividam com a comunidade escolar (mas não só escolar) suas histórias de leitura” (MEC, 2001, p. 22).

Considera-se bem apropriada essa sugestão do Guia do Usuário, porém **ela foi dirigida às escolas sem bibliotecários**. Desta forma a biblioteca escolar nunca foi valorizada como uma das prioridades na educação, como afirma Silva (2012, p. 53): “as autoridades não atribuem grande relevância ao termo biblioteca na escola, salvo quando se fala em política de distribuição de livro [...]”.

Termina-se esse recorte histórico, em pleno século XXI, com a sensação de que o cenário pouco mudou em relação à relevância da Biblioteca Escolar, ao longo dos anos,

[...] Poucas instituições dispõem dos recursos e da visão necessários (duas condições que nem sempre andam juntas...) para manter uma biblioteca digna desse nome. E raros são os profissionais empenhados em prestar serviços que realmente dêem suporte ao aprendizado e à vida cultural da escola (FRAGOSO, 2002, p. 2).

O que houve de diferente foi a promulgação da lei n° 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, no prazo de dez anos conforme citado anteriormente.

Portanto, faltam apenas dois anos para que essa lei se realize e pouca coisa mudou desde sua publicação. Atualmente há o Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2012, em tramitação, que institui a obrigatoriedade de criação e manutenção de Bibliotecas Escolares:

Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino [...] que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio dos respectivos sistemas de ensino, manterão, obrigatoriamente, bibliotecários, para atender as bibliotecas escolares das instituições públicas; os sistemas de ensino terão o prazo de 5 (cinco) anos para adaptar-se à Lei, a contar da data de publicação (BRASIL, 2012, *online*).

5.2 Um olhar sobre a Biblioteca Escolar no município do Rio de Janeiro

Na década de 80 a abertura política acontecia de forma lenta “[...] no âmbito governamental, não há qualquer ação efetiva para o fortalecimento do diálogo ensino e biblioteca” (CASTRO, 2003, p. 70).

Nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) havia Salas de Leitura, segundo Fonseca (2004, p. 41, grifo nosso) “[...] em seus primórdios, seriam **Bibliotecas Escolares**, mas devido à **falta de bibliotecários disponíveis e, principalmente ao caráter do trabalho proposto pelo espaço**, foram designadas Salas de Leitura”. Acredita-se que essa citação em muito revela o que se pensava na década de oitenta a respeito da Biblioteca Escolar, como um dispositivo tradicional, depositária de livros e que não daria conta de um projeto tão inovador como os CIEPs; por isso a “importância da sala de leitura” como um espaço que atenderia os propósitos desse projeto. As Salas de Leitura/TV/Vídeo “ultrapassam o conceito tradicional das bibliotecas escolares [...]” (RIO DE JANEIRO, 1991, p. 66).

No ano de 2008 é implantado o Plano Municipal de Educação (PME), no município do Rio de Janeiro, com a lei nº 4866 de 02 de julho, onde no “Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação [...] elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos” (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 1).

Esse plano não faz menção às Bibliotecas Escolares. Verifica-se que somente as Salas de Leitura são citadas:

De acordo com o Plano Nacional de Educação [...] além do oferecimento de vagas, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro desenvolve uma série de investimentos, a saber: formação em serviço dos profissionais de educação [...] **ampliação das Salas de Leitura**; ampliação dos Pólos de Informática Educativa, implantação dos Laboratórios de Informática (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 44, grifo nosso).

No entanto, no ano seguinte, à implantação do PME, houve uma atualização da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de acordo com a subseção III- Do Planejamento da Educação e seus Conteúdos no:

Art. 334 - O Município **manterá sistema de bibliotecas escolares na rede de ensino público** e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, na forma da lei. Parágrafo único - As bibliotecas referidas neste artigo **serão dirigidas por profissionais de Biblioteconomia**. Art. 335 - **Nenhuma** escola pública ou privada será autorizada a funcionar sem área destinada à biblioteca (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 118).

No ano de 2010, é promulgada a Lei nº 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas na rede de ensino do país,

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei [...] Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, **seja efetivada num prazo máximo de dez anos**, respeitada a profissão de Bibliotecário [...]. (BRASIL, 2010, p. 10).

Considerando o teor da Lei supracitada, o município do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 33.444 de 28 de abril de fevereiro de 2011 propõe:

Art. 1º As Bibliotecas Populares Municipais [...] passam a compor a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação e a denominar-se **Bibliotecas Escolares Municipais**, cujo atendimento será direcionado, prioritariamente, aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino e a suas famílias [...] Os Equipamentos Públicos, a que se refere [...] **serão subordinados**, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, às **Coordenadorias Regionais de Educação** [...] A transferência, de que trata o art. 1º, **abrange, além da gestão e do acervo bibliográfico, todos os bens móveis e imóveis concernentes aos citados equipamentos** [...] **Os servidores** lotados nas Unidades constantes do ANEXO I deste Decreto ficam automaticamente removidos para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação (RIO DE JANEIRO, 2011, *online*, grifo nosso).

Ressalta-se que esse decreto não cita o profissional Bibliotecário. Assim, no ano seguinte à publicação da Lei nº 12.244/10, a rede de educação pública do município do Rio de Janeiro se organizou formando um sistema de Bibliotecas Escolares provenientes das Bibliotecas Populares da Secretaria Municipal de Cultura. Ao todo são 15 bibliotecas populares repassadas à SME e uma Sala de Leitura, denominada Prof. Lourenço Filho e que estão dispostas em Coordenadorias Regionais de Educação do Rio de Janeiro (CREs). Todas têm bibliotecários.

Esse breve histórico buscou fazer um panorama para chegar à realidade atual do município do Rio de Janeiro em relação às Bibliotecas Escolares: uma rede municipal de ensino com 1.537 unidades de funcionamento, a maior rede da América Latina de ensino público. Este quantitativo está presente na figura 2 abaixo:

Figura 2- Educação em Números

Total de unidades por tipo de atendimento

EDI Unidades de Educação Infantil	Primário (1o. Segmento)	Ginásio (2o. Segmento)	Unidades com mais de um segmento	Educação Especial Exclusiva	EJA Exclusiva	TOTAL
528	598	269	129	10	3	1.537

Alunos

Total de matrículas da Rede: 654.949

Total de matrículas de Educação Infantil: 145.656

Total de matrículas do Ensino Fundamental: 509.923

Destaques:

Alunos em Classes Especiais: 4.324

Alunos em Educação de Jovens e Adultos: 26.230

Total de alunos por segmento							
Educação Infantil - Creche	Educação Infantil - Pré-escola	Primário (1o. Segmento)	Ginásio (2o. Segmento)	Projetos de correção de fluxo	Classes Especiais	Educação de Jovens e Adultos	TOTAL
59.514	86.142	310.114	149.556	19.069	4.324	26.230	654.949

Última atualização: Julho/2017

Fonte: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (2018, *online*).

Assim, no quadro abaixo verifica-se que o número de bibliotecas é irrisório em relação ao número de unidades escolares:

Quadro 5 – Relação de Bibliotecas Escolares por CRE

Coordenadoria Regional (CRE)	Biblioteca Escolar Municipal (BEM)
1ª. CRE	BEM de Paquetá - Joaquim Manoel de Macedo
2ª. CRE	BEM de Copacabana - Carlos Drummond de Andrade/Max Feffer BEM da Glória - Pedro Nava BEM do Grajaú - Clarice Lispector BEM do Leblon - Vinicius de Moraes
3ª. CRE	BEM do Méier - Biblioteca Infantil Carlos Alberto (Bica) BEM de Engenho Novo - Agripino Grieco
4ª. CRE	BEM do Dique - José Lins do Rego BEM da Penha - Álvaro Moreyra BEM de Olaria-Ramos - João Ribeiro
8ª. CRE	BEM de Bangu – Cruz e Souza

	BEM do Jardim Sulacap - Lucia Benedetti
10ª. CRE	BEM de Santa Cruz - Joaquim Nabuco BEM da Divinéia - João Cabral de Mello Neto BEM da Cidade das Crianças- Rachel de Queiróz

Fonte: Autora (2018)

Essas Bibliotecas Escolares pertenciam, juntamente, com as Salas de Leitura à Gerência de Mídia e Educação que tem como missão “disseminar uma cultura leitora na rede pública municipal de ensino; Mobilizar escolas, creches, EDI, Bibliotecas Escolares Municipais; e comunidades do entorno; Envolver professores” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2017, *online*).

No ano de 2018, ambas são coordenadas pela Gerência de Leitura e Audiovisual, da subsecretaria de ensino.

Recentemente no Decreto nº 44448 de 20 de Abril de 2018 que dispõe sobre as Bibliotecas estruturadas, na Secretaria Municipal de Educação – SME, houve uma adequação, em relação aos profissionais, agora descritos como Bibliotecários:

“[...] Art.3 **Os ocupantes dos cargos de Bibliotecário** e que estejam lotados e em exercício nas Bibliotecas Escolares Municipais da Secretaria Municipal de Educação farão jus a um complemento salarial [...]” (RIO DE JANEIRO, 2018, *online*, grifo nosso).

Outro acontecimento importante neste ano, para as Bibliotecas Escolares, foi à aprovação da Lei Nº 6362 de 28 de Maio de 2018 que decreta o Plano Municipal de Educação. Diferentemente do primeiro, este além de citar as Salas de Leitura, também faz menção as Bibliotecas, e tem como estratégias:

4.26) instalação de equipamentos eletrônicos dotados de programas de voz nas **bibliotecas e salas de leitura** [...] 7.19) **prover**, até o segundo ano de aprovação deste plano, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar de todas as unidades da Rede Pública Municipal de Ensino, **criando mecanismos para implementação das condições** necessárias para a **universalização das bibliotecas nas instituições educacionais** [...] 7.31) **consolidar a Política Pública de Leitura, Literatura e de Formação de Leitores, desenvolvida pela SME**, por meio de programa estratégico voltado para a formação de leitores e leitoras e a **capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias**, alunos e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura de literatura, em consonância com as diretrizes do **Plano Nacional do Livro e da Leitura** [...] (RIO DE JANEIRO, 2018, grifo nosso).

A Lei acima tem como uma das estratégias:

[...] participar da coordenação, desenvolvimento e monitoramento do **Plano Municipal do Livro e da Leitura**, da Cidade do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; [...] em especial a Secretaria Municipal de Cultura, além de instituições da sociedade civil e representantes das cadeias produtiva, criativa e mediadora **do livro** (RIO DE JANEIRO, 2018, *online*, grifo nosso).

No ano de 2015, com o Decreto nº 41172 de dezembro de 2015 a prefeitura institui o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do Plano Municipal do Livro e da Leitura no Município do Rio de Janeiro (PMLL) “considerando a importância de ações de incentivo à leitura e de formação de leitores como fator de cidadania e ferramenta para a conquista de melhores índices de desenvolvimento humano e social [...]” (RIO DE JANEIRO, 2015, *online*). Este Plano estava de acordo com o programa “Rio, uma cidade de leitores” procurando formar uma cidade de leitores de literatura.

Atualmente o PMLL do município se encontra em fase final de elaboração. Por meio do PME parece que há uma “luz no fim do túnel” em aumentar o quantitativo de Bibliotecas Escolares, apesar de toda dificuldade para criar um número de Bibliotecas que atenda as unidades escolares.

5.3 A importância da Biblioteca Escolar no processo educativo

A Biblioteca Escolar como um projeto de educação, por ser um lugar de construção e de conhecimento, deve contribuir para uma efetiva transformação da realidade educacional.

Várias questões perpassam a problemática da Biblioteca Escolar, a começar por uma identidade de projeto, para dar uma nova significação da sua importância na sociedade, “como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática” (SILVA, 2012, p. 48). Segundo o autor, toda essa condição é devida à falta de políticas governamentais bem definidas.

Com afirma Teixeira (2002, p. 373) “A biblioteca escolar pública brasileira carece, inclusive, de compreender o seu papel dentro da escola, onde se vê que é preterida nas discussões orçamentárias e concorre com a merenda escolar [...]”. Há também necessidade da mudança de mentalidade em relação à biblioteca escolar, para que ela cumpra sua missão descrita no manifesto da IFLA/UNESCO (2000, *online*):

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e idéias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao

longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

O discurso presente na citação acima está distante da prática das políticas públicas. A começar pela própria caracterização da Biblioteca Escolar, visto que muitos a consideram como um espaço de livros e estantes. Segundo Teixeira (2002, p. 367) “na lembrança de muitos de nós, a biblioteca escolar se reduz à fotografia [...] e os livros, perfeitamente organizados, numa estante, servindo de pano de fundo”.

Assim, “essas ‘bibliotecas’, no Brasil [...] são, mais comumente, chamadas de ‘salas de leitura’ e, em muitos casos, de ‘cantinhos de leitura ou de livros’ [...]” (BRASIL, 2011, p. 14).

Com a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que

constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania (BRASIL, 2015, p. 9).

Para o cumprimento da lei do Plano Nacional de Educação (PNE), um plano decenal de 2014 a 2024, há o monitoramento por quatro instâncias a saber: Ministério da Educação (MEC); Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação (CNE); Fórum Nacional de Educação. Desta forma “A essas instâncias cabe analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas, assim como a revisão do percentual de investimento público em educação” (BRASIL, 2014, p. 11, *online*).

Ressaltamos que a meta “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]” (BRASIL, 2014, p. 61, *online*) tem como uma das estratégias,

[...] 7.33. promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e Plano Nacional de Educação 2014-2024 a capacitação de professores e professoras, **bibliotecários e bibliotecárias** e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das **diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem** (BRASIL, 2014, p. 66, *online*, grifo nosso).

Nessa estratégia os bibliotecários estão comprometidos com diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, com propostas pedagógicas de formação de leitores e mediadores de leitura, que devem atuar por meio da Biblioteca Escolar. Para tanto seria necessário um planejamento baseado em um orçamento; como afirma Oriá (2017, p. 13), a lei 12244/10 “[...] não determinou, por exemplo, qual ente federativo seria responsável pela implantação de bibliotecas nas escolas e com que recursos orçamentários”.

Há uma área cinzenta em torno dessa lei que carece definições mais assertivas de responsabilizações e empenho financeiro.

6 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

A partir da lei 12244/10, de 24 de maio de 2010, surge a esperança na classe bibliotecária de que cada escola brasileira teria Biblioteca Escolar e “seja respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre a referida profissão” (CAMPELLO, 2016, p. 40).

Para entendermos o exercício desse profissional, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o profissional bibliotecário se enquadra na categoria de profissionais da informação (2612), tendo como títulos os seguintes:

- 2612-05 - Bibliotecário: Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação.
- 2612-10 - Documentalista: Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processos documentais, Supervisor de controle documental, Técnico de documentação, Técnico em suporte de documentação.
- 2612-15 - Analista de informações (pesquisador de informações de rede): Pesquisador de informações de rede (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018, *online*).

Todas essas características constam na descrição sumária dos profissionais da informação,

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018, *online*).

O exercício da profissão de Bibliotecário **só** é permitido aos "Bacharéis em Biblioteconomia, que são portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas” (BRASIL, 1965, grifo nosso).

Existem ainda, como famílias afins as de Técnicos em biblioteconomia (3711), que incluem os seguintes títulos:

- 3711-05 - Auxiliar de biblioteca: Assistente de biblioteca, Auxiliar de bibliotecário, Auxiliar de serviços bibliotecários.

- 3711-10 - Técnico em biblioteconomia: Tratador de documentos (biblioteconomia), Técnico de biblioteca, Técnico de documentação e informação, Técnico em documentação.

E tem a seguinte descrição sumária:

Atuam no tratamento, recuperação e disseminação da informação e executam atividades especializadas e administrativas relacionadas à rotina de unidades ou centros de documentação ou informação, quer no atendimento ao usuário, quer na administração do acervo, ou na manutenção de bancos de dados. Participam da gestão administrativa, elaboração e realização de projetos de extensão cultural. Colaboram no controle e na conservação de equipamentos. Participam de treinamentos e programas de atualização (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018, *online*).

Esse profissional bibliotecário vai depender de sua formação para atender à demanda educativa e cultural, pois além de ter a parte técnica, deve ter em seu perfil a parte criativa tanto, no uso da informação, quanto no papel de mediação da leitura.

6.1 O Bibliotecário e sua prática educativa

Considera-se que a “chave” inicial para o trabalho educativo do bibliotecário no ambiente escolar é a colaboração com a equipe pedagógica.

Quando o Bibliotecário Escolar compreende que sua atuação depende de propostas pedagógicas integradas ao projeto pedagógico, ele procura parcerias no ambiente escolar.

Como afirma Campello et al (2002, p. 11) “[...] trabalhando em conjunto, professores e bibliotecários planejarão situações de aprendizagem que desafiem e motivem seus alunos [...] guiando-os no desenvolvimento de competências informacionais cada vez mais sofisticadas”.

Porém, ao nos depararmos com a realidade educacional, nem sempre é dessa forma que acontece, ficando muitas vezes a Biblioteca “como um **apêndice** [...] Há pouca participação da comunidade escolar no planejamento das atividades da biblioteca, dificultando sua inserção no currículo” (CAMPELLO, 2015, p. 5, grifo nosso). São necessárias “Bibliotecas que se transformem como um centro dinâmico no processo de ensino e aprendizagem e não um simples **apêndice** [...]” (CASTRO, 2003, p. 70, grifo nosso). Portanto, “[...] a biblioteca escolar é um centro ativo de aprendizagem. Nunca deve ser vista como mero **apêndice** das unidades escolares, mas como núcleo ligado ao pedagógico” (FRAGOSO, 2002, p. 1). A expressão grifada acima retrata a situação que se encontram muitas bibliotecas no ambiente escolar.

A Biblioteca Escolar pode contribuir para um aprendizado diferente do que acontece em sala de aula. Por meio do planejamento, o bibliotecário se integra às práticas pedagógicas presentes na sala de aula, e pode elaborar estratégias junto à equipe pedagógica, para a aquisição do conhecimento do aluno, e desenvolver serviços para atender às necessidades de todos os componentes da comunidade escolar.

Assim, pensando em aprendizagem, esse trabalho de apoio curricular da Biblioteca Escolar tem como alvo os alunos:

[...] Os estudantes podem usar a biblioteca para diferentes propósitos. Ela deve ser vista como um ambiente de aprendizagem livre e aberto, não ameaçador, em que eles possam trabalhar em todos os tipos de tarefas, individualmente ou em grupos (IFLA/UNESCO, 2005, p. 18).

Segundo Campello (2010, p. 202) “a sensibilização e a conquista dos estudantes constituem o principal foco da prática educativa dos bibliotecários”. Porém, esse perfil de competência não era inato a sua formação; a conquista dos estudantes vai depender da abordagem do bibliotecário, em sua capacidade de ser um mediador entre a informação e o aluno “em sua competência específica para saber lidar com informações” (CAMPELLO, 2009, p. 11). Saber lidar com a informação na sociedade atual é um grande diferencial na busca de uma melhor qualidade de vida, porém, de acordo com a autora, os alunos necessitam ser atraídos para a biblioteca.

Segundo Kramer (2010, p. 119) “um dos mais sérios desafios da escola é garantir conhecimento do mundo e reconhecimento do outro” porque quando nos vemos no outro nos encontramos e nesse momento percebemos que não estamos sozinhos.

Ressalta-se ainda que os alunos do ensino público, na educação básica, apresentam uma condição de vida muito precária, quanto à alimentação, moradia, saúde e afeto.

Diante de todos esses aspectos citados, um dos papéis educativos que o bibliotecário pode desempenhar para ao menos contribuir para minimizar toda essa condição, é o de mediador da leitura. Nesse sentido, o Bibliotecário age como um agente de leitura, que trabalha, segundo Nóbrega (2009, p. 104):

[...] a faculdade de intercambiar experiências [...] Por isso há sempre um projeto pedagógico na dinâmica de uma biblioteca [...] Na Biblioteca, o olhar de seu profissional revela sua convicção de que o trabalho biblioteconômico é dizer nós e não eles; é trabalho de compartilhamento por meio de convivência em uma instigante ambiência de leitura [...].

Não que a pesquisa escolar seja deixada de lado, jamais! Mas para pesquisar é necessário saber ler, segundo Failla (2016, p. 64):

“[...] 81% dos leitores são usuários da internet, em contraposição aos 63% da população em geral. Dupla constatação que considero positiva e pedagógica: os que leem incorporam mais a internet e o acesso virtual do que os que não lêem [...]”.

Segundo Campello (2010, p. 203) “Considerando que a competência em leitura seja fator básico para o letramento informacional, pode-se dizer que a prática do bibliotecário brasileiro encontra-se em patamar que antecede ao letramento informacional”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este trabalho teve como objetivo geral investigar a Sala de Leitura no município do Rio de Janeiro como uma alternativa possível de incentivo à leitura, constatou-se que desde a sua criação nos anos 80, as Salas de Leitura estão tecendo uma rede de leituras possíveis, diárias e compartilhadas com a comunidade escolar. Por meio da análise das resoluções, a formação de leitores está presente como sendo uma proposta de trabalho permanente desse espaço.

Verificou-se que as Bibliotecas Escolares do Município Rio de Janeiro são provenientes das Bibliotecas Populares, portanto, não se encontram dentro das escolas.

Considero a Biblioteca Escolar, com a sua devida organização, fundamental para a inserção dos alunos na sociedade da informação, ao implementar ações para o desenvolvimento de habilidades informacionais, contribuindo para a capacidade de leitura e pesquisa em sua função educativa. Apesar do quantitativo ínfimo no município das Bibliotecas Escolares, em relação às unidades de ensino, há a necessidade da proposta de trabalho estar integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola, para que possa contribuir de forma efetiva com a aprendizagem do aluno. É recomendável ampliar a comunicação entre as Bibliotecas Escolares e as Salas de Leitura, a fim de propiciar novas disposições em relação a criação de novas Bibliotecas Escolares.

Porém, a educação é um ambiente de desafio constante, depende de pessoas, de atitudes. Desta forma, considero ser possível o encontro da Biblioteca Escolar com a Sala de Leitura como parceiras, que devem ser geridas por políticas convergentes, pois elas existem, mas precisam de vontade política para que de fato aconteçam e contribuam para uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

AXER, Bonnie. Sala de Leitura ou Sala de Multimeios? Analisando as ações docentes num espaço que articula leitura e mídia. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16. 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2012.

Disponível em:

<http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2989b.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

_____. Repensando políticas curriculares: uma perspectiva sobre a promoção da leitura no Rio de Janeiro. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 1, n. 1, p. 118-133, jan/fev. 2017. Disponível

em:<<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/5873/3473>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2012**. Disponível em : <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=105187>>. Acesso em : 30 maio de 2018.

_____. Decreto Lei 56.725 de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei no 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Conselho Federal de Biblioteconomia**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 ago. 1965. Disponível em:

<<http://www.crb7.org.br/Legislacao/Decreto-56725-16agosto1965.pdf>>. Acesso em: 30 maio de 2018.

_____. Decreto Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Congresso Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 30 maio de 2018.

_____. Decreto Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Decreto nº 9.099/2017, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 18 jul. 2017. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília, DF, 2014. 39 p. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. Brasília : Inep. 2015. p. 404.

Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**, Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 4 jul. 2012. Seção 1, p. 22. Disponível em :

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do livro: Histórico**, 2018a. Disponível

em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portal do Governo. **Programa Nacional Biblioteca Escola**, 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>.

Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação** para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o programa nacional do livro e do material didático, 2018c. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/165-editais?download=11899:edital-pnld-literario>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **MEC lança publicações do PNLD Literário, didático e guia de tecnologias educacionais**, 2018d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/11579-mec-lan%C3%A7a-publica%C3%A7%C3%B5es-do-pnld-liter%C3%A1rio,-did%C3%A1tico-e-guia-de-tecnologias-educacionais>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portal do Governo. **Base Nacional Curricular Comum**, 2018e. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/lingua-portuguesa-no-ensino-fundamental-anos-iniciais-praticas-de-linguagem-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portal do Governo. **Programa Mais Educação**, 2018f. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/62151-governo-federal-anuncia-liberacao-de-r-253-milhoes-para-o-programa-mais-alfabetizacao>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>.

Acesso em: 30 maio 2018.

CAMPELLO, Bernadete S. et al. **A Biblioteca Escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 64p.

_____. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/21557>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CAMPELLO, Bernadete S. Perspectivas de Letramento Informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.15, n. 29, p. 184-208, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184/19549>>. Acesso em: 27 maio de 2018.

_____. **Letramento Informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Biblioteca Escolar).

_____. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Bibl. Esc. em R.**, v. 4, n.1, p. 1-25, 2015. Disponível em:<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021376/2daf6fbd8428390d42a2389efefe89fe>>. Acesso em: 03 maio 2018.

CASTRO, César A. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, v. 15, n. 1, p. 63-72, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/05.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CEALE. **Glossário**: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/multimodalidade>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CORSINO, Patrícia; VILELA, Rafaela; TRAVASSOS, Sônia. Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 50, p. 351-377, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000100351&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. p. 296. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FONSECA, Leda M. **Salas de Leitura: concepções e práticas**. 2004.146f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=5123@1>. Acesso em: 05 maio 2018.

FERREIRA, Sandra P. A.; DIAS, Maria da G. B. B. Leitor e Leituras: Considerações sobre Gêneros Textuais e Construção de Sentidos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Recife, n. 18, p. 323-329, mar. 2005.

FRAGOSO, Maria G. Biblioteca na Escola. **ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v.7, n.1, 2002. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/rac/article/view/380/461>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 102.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 176.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Tradução Neusa Dias Macedo. São Paulo: IFLA, 2000. Disponível em: <<https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

KRAMER, Sonia. Leitura Literária, escrita e formação de professores: Aprendendo com Monteiro Lobato. In: _____ **Por que ler?** : perspectivas culturais do ensino da leitura. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 113-115.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, p. 20-28, jan/abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MEC. **Histórias e Histórias**: Guia do Usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola- PNBE /99: Literatura Infanto-juvenil. Brasília: MEC, SEF, 2001. p. 268. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002593.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MOREIRA, Antonio F. B. Propostas Curriculares alternativas: limites e avanços. **Educ. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 73, p. 109-138, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2018.

NÓBREGA, Nanci. No espelho, o Trickster. In: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania (Org.). **Mediação de Leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009. p. 95-111.

OLIVEIRA, Zita C. P. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ORIÁ, Ricardo. **Bibliotecas Escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da Lei 12244/10. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. 2017. 32p. (Estudo Técnico). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/34382>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009. p. 304.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **Bibliotecas escolares municipais Rio de Janeiro**, 2018.

Disponível em: <<http://bemrj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Educação em Números**, 2017. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Imprensa**, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=125575>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

QUEVEDO, Hercílio F. Ler é nossa função essencial (ou não?). In: RÖSING, Tânia M. K.; BECKER, Paulo. **Leitura e Animação Cultural**. Passo Fundo: UFF, 2002. p. 409.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Centros Integrados de Educação Pública: uma nova escola. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, p.61-67, set./dez. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 fev. 2018.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei nº 4866, de 2 de julho de 2008. Aprova o **Plano Municipal de Educação** e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2008. p. 108. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/PME%20-%202008%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/PME%20-%202008%20(4).pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. Decreto nº 33.444, de 28 de fevereiro de 2011. Altera a Estrutura Organizacional das Secretarias Municipais de Cultura – SMC e de Educação – SME, na forma que menciona, e dá outras providências. **Legislação Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2011/3345/33444/decreto-n-33444-2011-altera-a-estrutura-organizacional-das-secretarias-municipais-de-cultura-smc-e-de-educacao-sme-na-forma-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=33.444/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. Decreto nº 41172, de 23 dezembro de 2015. Institui o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do plano Municipal do Livro e da Leitura no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Legislação Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4445/44448/decreto-n-44448-2018-dispoe-sobre-as-bibliotecas-estruturadas-na-secretaria-municipal-de-educacao-sme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 1 maio 2018.

_____. Decreto nº 44448, de 20 abril de 2018. Dispõe sobre as Bibliotecas estruturadas na Secretaria Municipal de Educação – SME e dá outras providências. **Legislação Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4445/44448/decreto-n-44448-2018-dispoe-sobre-as-bibliotecas-estruturadas-na-secretaria-municipal-de-educacao-sme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 2 maio 2018.

_____. Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, 2010, p. 118. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018. Disponível em : <>. Acesso em: 20 mar 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Multieducação Temas em debate**: Sala de Leitura. 2. ed. Rio de Janeiro: 2007. 27p. (Séries Temas em Debate).

_____. Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME nº 1072, de 31 de março de 2010. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento das Salas de Leitura nas Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Ato do secretário. Rio de Janeiro, RJ, 05 abr. 2010. Ano XXIV, n.14, p. 10. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00001114&page=15&search=ato%20do%20secretario>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME nº1427, de 24 de outubro de 2016. Dispõe sobre a estrutura de atendimento, organização de turmas, horário de funcionamento e Matriz Curricular das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Atos da secretária. Rio de Janeiro, RJ, 26 out. 2016. Ano XXX, n. 150, p. 9 -13. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00003248&page=51&search=ato%20do%20secretario>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº47, de 19 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento das Salas de Leitura nas Unidades Escolares da Rede

Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Ato do secretário, RJ, 19 jan. 2018. Sessão 31, p. 18. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00003634&page=12&search=ato%20do%20secretario>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SILVA, Ezequiel T. **Leitura em Curso**: trilogia pedagógica. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 98.

SILVA, Jonathas L. C. Perspectivas históricas da Biblioteca Escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11635>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. A Biblioteca Escolar em tempos de mudanças no Brasil? : a contribuição da Biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblios**, v. 26, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2006>>. Acesso em: 20 maio 2018.

TEIXEIRA, Eliana. Política educacional e biblioteca escolar. In: PAULO, Becker; RÖSING, Tania (Org.). **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo, RS: UPF editora, 2002. p. 411.

VELLOSO, Luciana. **Luz, câmara [Multieduc] Ação!** Práticas docentes, Políticas Curriculares e as TICs na rede Municipal do Rio de Janeiro. Brasil. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2008_1-416-me.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

YUNES, Eliana. Leitura como experiência. In: _____; OSWALD, Maria Luiza (Org.). **A experiência da Leitura**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 131.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e leitura no horizonte da literatura. **Alea [online]**. 2008, v.10, n.1, p. 85-97. ISSN 1517-106X.